

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA  
CAMPUS – VII /CODÓ – MA  
CURSO LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/ HISTÓRIA

IVANUEL MORAES DE SOUSA

**IDENTIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA  
FÍSICA EM TIMBIRAS - MA**

CODÓ - MA  
2020

IVANUEL MORAES DE SOUSA

**IDENTIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA  
FÍSICA EM TIMBIRAS – MA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas-História da Universidade Federal do Maranhão, Campus de Codó, como requisito para a obtenção do título graduando em Licenciatura em Ciências Humanas-História.

Orientadora: Profa. Ma. Kelly Almeida de Oliveira.

CODÓ - MA  
2020

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Sousa, Ivanuel Moraes de.

Identidade e políticas públicas para a pessoa com deficiência física em Timbiras-MA / Ivanuel Moraes de Sousa. - 2020.

55 p.

Orientador(a): Kelly Almeida de Oliveira.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - História, Universidade Federal do Maranhão, Codó, 2020.

1. Educação Inclusiva. 2. Identidade. 3. Políticas Públicas. I. Oliveira, Kelly Almeida de. II. Título.

IVANUEL MORAES DE SOUSA

**IDENTIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA  
FÍSICA EM TIMBIRAS – MA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas-História da Universidade Federal do Maranhão, Campus de Codó, como requisito para a obtenção do título graduando em Licenciatura em Ciências Humanas-História.

APROVADA EM: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_\_\_

NOTA: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Ma. Kelly Almeida de Oliveira  
Universidade Federal do Maranhão – UFMA  
(Orientadora)

---

Prof. Dr. Dilmar Kistemacher  
Universidade Federal do Maranhão – UFMA  
(1ª Examinador)

---

Prof. Ma. Gleiciane Brandão de Carvalho  
Universidade Federal do Maranhão - UFMA  
(2º Examinador)

Aos meus pais Terezinha de Jesus e Francisco Damasceno, Lucilene Santos professora no ensino fundamental, Darlene Santos minha esposa, João Miguel meu filho, e irmãos Sheila Maria, Iara Moraes, Francisca Moraes, Jaciara Moraes e Danilo Moraes.

## AGRADECIMENTOS

“Deem graças em todas as circunstâncias, pois esta é a vontade de Deus para vocês em Cristo Jesus.” (1 Tessalonicenses 5:18).

Agradeço a Deus pela saúde, fé, determinação e pelas pessoas boas que tem colocado em minha vida para contribuir direta ou indiretamente nesta trajetória de formação acadêmica.

Aos meus pais, que mesmo criticados por eu ser pessoa com deficiência física, de morarmos na zona rural distante da escola acreditaram que a educação transforma vida. Muitas pessoas falavam para meus pais que estavam perdendo tempo, por que eu como pessoa com deficiência não iria aprender. E por eles nunca desistirem e pelo incentivo e de sempre mostrar que o conhecimento é libertador.

Ao meu grande amigo, Jesus Gabriel, pela parceria formada ao longo da nossa trajetória e pela força, disponibilidade de ir deixo e busca-me na instituição acadêmica.

A professora orientadora, Kelly Almeida de Oliveira, por acreditar no meu projeto e pela paciência e atenção, sempre que preciso tirar algumas dúvidas e pelo direcionamento que foi de suma importância para o desenvolvimento deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Aos meus colegas da família 2015.2, assim chamamos nossa turma do curso Ciências Humanas com Habilitação em História, especialmente Ana Carolina, João Torres, Roseli Silva, Juciel Catuaba, Francisco Moraes, Maria Santana, Franklin Oliveira, Francisco Leudimar, Cristina Rego, Tamires Cruz, Iselane Conceição, Joice Silva e Thialyson pela parceria de eternas amizades.

Então, todos esses sentimentos de circunstancias boas e ruins foram importantes para a aprendizagem e para realização desta minha formação.

“Nada sobre nós sem nós.”  
(Lanna Júnior)

## RESUMO

O presente trabalho partiu do interesse em estudar a temática da identidade e políticas públicas para a pessoa com deficiência física em Timbiras-MA. Dessa forma, o problema da pesquisa está fundamentado nos seguintes questionamentos: Como as pessoas desenvolvem suas identidades a partir das deficiências? E como as políticas públicas para a educação inclusiva estão sendo aplicadas nas escolas do município de Timbiras-MA? Qual a identidade das pessoas com deficiência física de Timbiras - MA? O que é a inclusão social da pessoa com deficiência física? Como o município de Timbiras tem se mobilizado para implantá-lo? O objetivo geral dessa pesquisa foi o de compreender a identidade e o processo de inclusão da pessoa com deficiência física em Timbiras – MA. Para tanto, alguns objetivos específicos foram necessários, como: identificar as formas de inclusão social de deficientes físicos praticadas na cidade de Timbiras – MA; descrever as principais dificuldades enfrentadas pelos deficientes para sentirem-se aceitos e incluídos socialmente; conhecer o processo de construção da identidade das pessoas com deficiência física, em Timbiras – MA; relacionar as políticas públicas que estão em vigor ou em tramitação no município de Timbiras – MA. O embasamento teórico foi em a partir de Hall (2000); Gugel (2007); e Lanna Júnior (2010). Para a realização desse trabalho utilizamos a pesquisa bibliográfica, documental e estudo de campo utilizando a técnica da entrevista (gravada), que possibilitou entrevistarmos seis pessoas, dessas pessoas três são pessoas com deficiência física, em uma conversa de partilha de experiências vividas por elas, objetivando o olhar especial para a construção da identidade e a importância das políticas públicas na qualidade de vida na sociedade. A expectativa do trabalho é contribuir com o leitor tanto aqueles que possuem alguma deficiência física como não, mas que ao ler possam compreender como as pessoas com deficiência física gostam de ser identificadas, não como uma pessoa doente, mas com valores e capacidades a serem exploradas. Esperamos que o município se sensibilize e intensifique a aplicação da política da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

**Palavras-chaves:** Identidade, Educação Inclusiva, Políticas Públicas.



## ABSTRACT

The present work started from the interest in studying the theme of identity and public policies for people with physical disabilities in Timbiras-MA. Thus, the research problem is based on the following questions: How do people develop their identities based on deficiencies? And how are public policies for inclusive education being applied in schools in the municipality of Timbiras-MA? What is the identity of people with physical disabilities in Timbiras - MA? What is the social inclusion of people with physical disabilities? How has the municipality of Timbiras been mobilized to implement it? The general objective of this research was to understand the identity and the inclusion process of people with physical disabilities in Timbiras - MA. Therefore, some specific objectives were necessary, such as: to identify the forms of social inclusion of disabled people practiced in the city of Timbiras - MA; describe the main difficulties faced by the disabled to feel accepted and socially included; know the process of building the identity of people with physical disabilities, in Timbiras - MA; list the public policies that are in force or in progress in the municipality of Timbiras - MA. The theoretical basis was based on Hall (2000); Gugel (2007); and Lanna Júnior (2010). To carry out this work, we used bibliographical, documentary research and field study using the interview technique (recorded), which made it possible to interview six people, three of whom are physically disabled people, in a conversation to share their experiences, aiming at a special look at the construction of identity and the importance of public policies in the quality of life in society. The expectation of the work is to contribute to the reader both those who have some physical disability or not, but who, when reading, can understand how people with physical disabilities like to be identified, not as a sick person, but with values and abilities to be explored . We hope that the municipality will be sensitized and intensify the application of the Special Education policy from the perspective of Inclusive Education.

**Keywords:** Identity, Inclusive Education, Public Policies.

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....   | 11 |
| <b>2 HISTÓRICO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA</b> .....  | 15 |
| 2.1 A pessoa com deficiência física.....  | 16 |
| <b>3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA</b> .....                              | 21 |
| 3.2 Escola e educação para a pessoa com deficiência física .....                                    | 23 |
| <b>4 IDENTIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM TIMBIRAS - MARANHÃO</b> ..... | 27 |
| 4.1 Caracterização da pesquisa de campo .....   | 28 |
| 4.2 Caracterização do campo de pesquisa .....   | 29 |
| 4.2.1 Timbiras – Maranhão.....  | 30 |
| 4.2.2 Escola Manoel Burgos.....   | 31 |
| 4.2.3 Escola Newton Neves.....  | 33 |
| 4.3 Observações.....  | 33 |
| 4.4 Entrevista com os alunos selecionados.....  | 34 |
| 4.5 Entrevista com os pais dos alunos .....   | 37 |
| 4.6 Questionário com os diretores .....   | 38 |
| 4.7 Análise geral da pesquisa de campo .....  | 41 |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....   | 43 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....  | 44 |
| <b>APÊNDICES</b> .....  | 47 |

## 1 INTRODUÇÃO

Segundo dados do Censo Demográfico (2010), a população brasileira com algumas das deficiências pesquisadas passa de 45,6 milhões. A deficiência física ou motora apareceu como a segunda mais mencionada pela população. A deficiência física severa foi declarada por mais de 4,4 milhões de pessoas. Destas, mais de 734,4 mil disseram não conseguir caminhar ou subir escadas de modo algum e mais de 3,6 milhões informaram ter grande dificuldade de locomoção. O Censo mostra também que o Nordeste apresenta a maior porcentagem das pessoas com algum tipo de deficiência, aproximadamente 26,6% da população, sendo que 7,8% tem deficiência física e 2,6% disseram ter deficiência física severa.

Em 1948 foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas – ONU, que estabeleceu em seu art. 1º "todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos". Já a Constituição Brasileira em 1988 traz em seu art. 5º "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza". Nesse sentido, conseguimos uma diversidade de possibilidades em vários aspectos da sociedade e em especial o direito à educação para todos, contemplando as pessoas com deficiência que depois de muita luta conseguiram um reforço por meio da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, em 31 de agosto de 2008, ratificada pelo Brasil com valor de emenda constitucional com base no artigo 5º da Constituição Federal, em seu art. 24 que diz: "Os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida".

Então, as medidas legislativas contribuíram para o movimento político das pessoas com deficiência, oportunizando que saíssem do anonimato e, na esteira da abertura política, uniram esforços, formaram novas organizações, articularam-se nacionalmente, criaram estratégias de luta para reivindicar igualdade de oportunidades e garantias de direitos (LANNA JÚNIOR, 2010). Nesse sentido, possibilita uma nova condição de vida para as pessoas com deficiências devido as políticas públicas que possibilitou oportunidade para desenvolverem suas relações sociais, como a decisão da ONU de proclamar 1981 como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), sob o tema "Participação Plena e Igualdade". O advento do AIPD colocou as pessoas com deficiência no centro das discussões, no Brasil e no mundo (*Ibid*, 2010, p. 37).

Diante do exposto, o presente trabalho partiu do interesse em estudar essa temática da identidade e políticas públicas para a pessoa com deficiência física em Timbiras-MA, porque é uma possibilidade de saber um pouco mais sobre mim mesmo e sobre os outros indivíduos que

compõem essa mesma classe social entendida como minoritária, focando o estudo na maneira como essas pessoas com deficiência física lidam com suas necessidades e dificuldades diárias como o de locomoção e também nas relações sócias. Quando analisamos o processo de construção de identidade nos deparamos com um universo complexo de definições, questionamentos, estruturação e classificações. O processo de construção da identidade das pessoas com deficiências físicas não é diferente, é uma discussão que exige atenção especial.

É preciso esclarecer que para ter inclusão não basta se preocupar em construir rampas, para que a inclusão aconteça é preciso que as pessoas aceitem as diferenças e diversidade e não as veja como obstáculos para que a ação educativa aconteça enriquecendo assim a formação de sociedade sem desigualdade social (SANTOS, FIGUEREDO, 2006). Preocupando-se com as condições humanas para evitar que o deficiente físico, ao passar por uma rampa acessível, não dê de cara com uma pessoa preconceituosa que vá olhá-lo de cara feia, que vai dizer que não está dentro do perfil de profissional que uma determinada empresa procura, por exemplo. Dificilmente as pessoas com deficiência física fazem uma auto reflexão das suas condições físicas, e essa reflexão é importante para o reconhecimento e aceitação, da própria pessoa com deficiência física, que entenderá melhor como as outras pessoas o veem. É uma questão a ser debatida porque as pessoas usam alguns objetos para sua locomoção como: muletas, a cadeira de rodas, entre outros. E às vezes esses elementos são vistos e apontados como objetos característicos de sua identificação, sendo que essa pessoa tem um nome e exerce uma cidadania nessa comunidade. Essa reflexão possibilita compreender o Sistema Social ao qual estamos inseridos vivendo os padrões estabelecidos e seus aspectos culturais e sociais.

Dessa forma, a problemática da pesquisa está fundamentado nos seguintes questionamentos: Como as pessoas desenvolvem suas identidades a partir das deficiências? E como as políticas públicas para a educação inclusiva estão sendo aplicada nas escolas do município de Timbiras-MA? Qual a identidade das pessoas com deficiência física de Timbiras - MA? O que é a inclusão social da pessoa com deficiência física? Como o município de Timbiras tem se mobilizado para implantá-lo?

O objetivo dessa pesquisa foi o de, compreender a identidade e o processo de inclusão da pessoa com deficiência física em Timbiras – MA. Para tanto, alguns objetivos específicos foram necessários, como: identificar e descrever as formas de inclusão social de deficientes físicos praticadas na cidade de Timbiras – MA; mapear as principais dificuldades enfrentadas pelos deficientes para sentirem-se aceitos e incluídos socialmente; conhecer o processo de construção da identidade das pessoas com deficiência física, em Timbiras – MA; relacionar quais as políticas públicas que está em vigor ou em tramitação no município de Timbiras – MA.

No decorrer da pesquisa, recorremos ao embasamento teórico a partir de importantes autores como HALL (2000), com a discussão sobre a identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Gugel (2007), com abordagem do contexto histórico da pessoa com deficiência e a busca de seus direitos. Lanna Júnior (2010), através de estudo do livro história do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil.

Então, a pesquisa tem caráter qualitativo exploratório com enfoque no método fenomenológico, que nos possibilitou informações importantes da experiência de vida da pessoa com deficiência na sociedade. Para tanto, utilizamos a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e para melhor investigação e eficácia dos paradigma trazido pela temática, utilizamos o estudo de campo e ferramentas técnica em entrevista (gravada) e questionários. A utilização dessas técnicas nos proporcionou a desenvolver para as pessoas selecionadas uma conversa descontraída e produtiva com as pessoas selecionadas que foram seis pessoas, sendo três sem deficiência física, no caso a diretora da escola Manoel Burgos, Raquel, e o diretor da escola Newton Neves, Ivanildo e a mãe do Railson. Três pessoas com deficiência física, Railson, Rita de Cassia e Diego. Em uma conversa de partilha de experiências vividas por elas, objetivando o olhar atento para a construção da identidade e a importância das políticas públicas na qualidade de vida na sociedade.

Esse trabalho iniciou-se em março de 2018 com a elaboração do projeto de pesquisa na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso na Universidade Federal do Maranhão – UFMA/ Campus – VII/Codó – MA, no Curso Ciências Humanas com habilitação em História. O público-alvo sendo pessoas com deficiência física e a delimitação do campo de pesquisa em Timbiras cidade do interior do Maranhão. Finalizando somente em dezembro de 2019. Nesse sentido, do dia 06 ao 08 de setembro de 2019 fiquei acompanhando o funcionamento da escola Manoel Burgos, e o aluno Railson na sua vivência no ambiente escolar na perspectiva da Educação Inclusiva. Em seguida nos dias 16 a 18 de setembro de 2019 estive de observação na escola Newton Neves e acompanhando os alunos Diego e Rita de Cassia em sua vivência escola na perspectiva da Educação Inclusiva.

Portanto, foi necessário seguirmos algumas etapas para excursão do trabalho, partindo do princípio do levantamento de conhecimento bibliográfico e documental; em seguida, pesquisa de campo para observamos a discursão da identidade e políticas pública para PcD's para além da teoria, ou seja, observando a realidade da vida dessas pessoas na sociedade.

O trabalho está dividido em quatro capítulos: o primeiro apresento relevância que o tema proposto tem perante as pessoas com deficiência com reflexões importantes para a sociedade em geral. No capítulo dois, abordamos a história da pessoa com deficiência

mostrando que o contexto histórico é marcado por preconceito e lutas para obtenção de seus direitos como cidadão, conforme a época e a sociedade que vive. Tratando-se do processo de construção de identidade das pessoas com deficiência nos deparamos com um universo complexo de definições, questionamentos, estruturação e classificações. No capítulo três, descrevemos os objetivos das Políticas Públicas para a pessoa com deficiência física no aspecto da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. O capítulo quatro, aborda a identidade e políticas públicas para a pessoa com deficiência física em Timbiras-Maranhão. Além disso, contextualizo o campo de pesquisa e a análise dos aspectos relevante que norteou o objetivo da pesquisa. Finalmente, as considerações finais onde exponho o parecer sobre as concepções da pesquisa.

A perspectiva do trabalho é despertar nos leitores com algum tipo de deficiência física como não, a reflexão dos valores e capacidades das pessoas com deficiência e que despertam uma nova forma de olhar nossos direitos e deveres sociais. Esperamos que o município se sensibilize e intensifique a aplicação da política da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

## 2 HISTÓRICO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A pessoa com deficiência em seu contexto histórico indica um caminho sublinhado por preconceito e lutas para obtenção de seus direitos como cidadãos, conforme a época em que vive e a sociedade que habita.

Então, sabemos a importância que a nossa história de vida exerce no desenvolvimento e na construção da nossa identidade. A história da pessoa com deficiência física é repleta de descaso, preconceito e lutas para manterem-se vivos. Como compreende Gugel (2007), na Antiguidade principalmente em relação à Cidade-Estado onde essas pessoas com deficiência física desde seu nascimento eram vistas de forma desumana, como indivíduos inúteis que poderiam ser eliminados e abandonados do convívio social. Na Idade Média, as pessoas com deficiência física assim como as outras deficiências foram vistas como pessoas demoníacas, feiticeiros ou bruxos, sem alma, do mal, não eram seres humanos. Visto que, essas sociedades prejudicavam as pessoas com deficiência por não estar de acordo com os padrões de força e beleza da época, já que viviam em preparação para constantes guerras.

O cristianismo possibilitou um olhar mais humano aos deficientes colocando-os como seres com alma e debatendo os castigos divinos. Como afirma o autor, tem-se como doutrina a caridade e o amor entre as pessoas” (Ibid. 2007, p. 5). Assim, a Igreja interferiu positivamente no controle da execução dos recém-nascidos e adultos com deficiência física.

Com a Modernidade apareceram ideologias que possibilitaram transformações mais humanas em relação à deficiência e aos indivíduos com deficiência física oportunizando assim uma socialização e identificação de classes. Segundo Kassir (1999, p. 4), “houve uma grande população de pobres, mendigos e indivíduos com deficiência, que se reuniam para mendigar”. Essa ideia mencionada pelo autor sobre as condições miseráveis que tais classes se encontravam e em especial com foco no deficiente físico, objeto do nosso trabalho. Percebemos o anseio que essas pessoas tinham para que alguma ação fosse tomada para minimizar a situação a qual se encontravam os deficientes físicos e os pobres.

A Revolução Industrial, no início do século XVIII, possibilitou conquistas regulares para as pessoas com deficiência física, porque, nesse momento, as indústrias tanto as que precisavam de mão de obra como as mais mecanizadas começam a ver as pessoas com deficiência de forma a serem exploradas no sentido de suprir as necessidades que tinham nas atividades industriais e na fabricação de elementos tecnológicos, como cadeiras de rodas, bengalas, veículos adaptados, camas móveis e o Código Braille que foi criado por Louis Braille e propiciou a integração dos deficientes visuais ao mundo da linguagem escrita (FONSECA,

2000). Então possibilitava oportunidades para essas pessoas desenvolverem atividades trabalhistas, ou seja, para melhorar a produtividade investiram na habilitação e reabilitação do deficiente físico.

Segundo o autor, “as anomalias genéticas, as epidemias e as guerras deixaram de serem as causas únicas das deficiências” (*Ibid*, 2000, p.1), porque o trabalhador tem condições precárias para realizar suas atividades, sofrendo inúmeros acidentes que o deixavam sequelas marcantes e ocasionava também doenças profissionais devido desenvolverem serviços sem aparatos de segurança.

“Sendo necessária à própria criação do Direito do Trabalho e um sistema eficiente de Seguridade Social, com atividades assistenciais, previdenciárias e de atendimento à saúde, bem como a reabilitação dos acidentados” (FONSECA, 2000, p. 01). Nesse sentido, as pessoas acidentadas passam a ter condições mais dignas para atender as suas necessidades básicas no âmbito do trabalho, da educação e da saúde, tudo isso através do método assistencialista desenvolvido na época. A partir do século XIX, “finalmente se percebia que elas não só precisavam de hospitais e abrigos, mas também de atenção especializada, difundem-se então os orfanatos, os asilos e os lares para crianças com deficiência física” (GUGEL, 2007, p. 12), então esses pensamentos iluminista criaram o Direito de trabalho e amparo social com eficácia.

Pensamos que a grande questão, no século XXI, está em rever os atributos clínicos e patológicos da deficiência, introduzindo a questão da diversidade e o direito à uma educação que proporcione desenvolvimento das faculdades mentais e físicas. Contudo, a genética tem alguns equívocos ao solucionar as questões do cérebro, onde o preconceito e o reducionismo encontram-se nas raízes da divulgação científica (KASSAR, 1998 *apud* MURÍLIO, 2010). Nesse sentido, ocorre importantes iniciativas para promoção e a defesa dos Direitos Humanos no Brasil e, de maneira especial, dos direitos das pessoas com deficiências que possibilitou realização de duas Conferências Nacionais dos Direitos da Pessoa com Deficiência, organizadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE) e pela Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), e a ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito das Pessoas com Deficiência afirmou a deliberação para participação nas políticas públicas colocando o tema em um novo patamar no Brasil.

## 2.1 A pessoa com deficiência física



Quando analisamos o processo de construção de identidade nos deparamos com um universo complexo de definições, questionamentos, estruturação e classificações. Como questiona Fernandes (2015), mas a identidade é formada por nós ou pelos outros? Somos o que queremos ser ou o que querem que sejamos? Este é um ponto delicado porque a identidade se constrói com o outro. E quem é este outro? Nesse sentido, Magalhães (2010) menciona que é fundamental a clareza sobre a materialidade e a historicidade da identidade. Portanto o processo de construção da identidade das pessoas com deficiências físicas não é diferente, é uma discussão que exige atenção especial.

Como ressalta Hall (2000), a identidade é um processo que se constitui por sua dualidade, normal/anormal, saúde/doença, perfeito/imperfeito. Nesse sentido, a identidade começa a ser constituída desde o nascimento e o corpo do bebê; é o principal instrumento para uma vida de relações, pois a identidade se dá por sua materialidade. “Isso significa dizer que interações, interesses e relações de poder presentes na sociedade influenciam a forma de o sujeito constituir-se como pessoa no mundo” (FERNANDES, DENARI, 2017, p. 78).

Em diferentes épocas e culturas, o tratamento dado aos deficientes tem variado. Porém, como aponta Diaz (1995 *apud* MENDES, 2011), sempre existiu uma constante histórica: a marginalização. E o uso de termos como idiotas, imbecis, excepcionais, cretinos, dementes, amentes, doentes, oligofrênicos, deformados são algumas das nomeações utilizadas para tentar definir o deficiente ao longo da história da humanidade. Na contemporaneidade, pessoas incomuns ainda são designadas por muitos desses termos e rejeitadas pela sociedade, legitimando-se o preconceito. Nessa perspectiva, constantemente nos deparamos com o fortalecimento da correlação entre deficiência e discriminação, pobreza e exclusão social, fazendo com que as pessoas com deficiência continuem a figurar entre os mais desfavorecidos socialmente (TURMUSANI, 2002 *apud* FONTES, 2009).

A sociedade está muito voltada para as pessoas sem algum tipo de deficiência e coloca a pessoa com deficiência em situações precárias dentro da classificação de pessoa economicamente vulnerável. Assim como aborda Priestley, “as pessoas pobres têm uma maior probabilidade para serem afetadas por uma incapacidade, e as pessoas com deficiência têm uma maior probabilidade de viverem na pobreza” (2001, p. 9). Portanto, essa abordagem não significa que a pobreza seja a causa da deficiência, como relata Fontes (2009, p. 5), “a pobreza não decorre da deficiência, mas sim da forma como está é socialmente construída”, ou seja, devido à falta de oportunidade em desenvolver atividades remuneradas, e por meio das barreiras arquitetônicas, sociais e psicológicas colocadas diante das pessoas com deficiências físicas.

Nesse sentido, há uma desigualdade de oportunidade entre as pessoas com deficiência e as pessoas sem deficiência no aspecto da participação em áreas diversas da sociedade que possibilitam aos seus participantes uma qualidade de vida melhor, como a educação, saúde, e a ocupação no mercado de trabalho. Visto que, para a população masculina e feminina que declararam não ter nenhuma das deficiências investigadas, o nível de ocupação foi de 65,2% e 46,5%, respectivamente as ocupações com carteira de trabalho assinada era de (49,2%). Enquanto que para a população com algum dos tipos de deficiências estudada foram de 57,3% e o da feminina, de 37,8%, dessas pessoas com ocupação apenas (40,2%) era empregada com carteira de trabalho assinada (IBGE, 2010).

Com esses dados podemos perceber os motivos das pessoas com deficiências estar economicamente em situações de pobreza no Brasil, é por que quando a pessoa com deficiência consegue romper essa situação constrangedora de indiferença, o ignorar a existência, as subestimações impostas pelas instituições e no ambiente de trabalho. Ela consegue duas reais conquistas: a escolarização e a profissionalização. Mesmo assim, surge questionamentos em relação sua capacidade intelectual, colocada pelas pessoas que se julgam ser “normal” que vão deduzir, afirmar e reproduzir friamente que você não é capaz de se estabelecer naquele lugar, ou simplesmente alegar em suas considerações um motivo torpe com a única finalidade de exclusão, de propor a este a subestimação e a condição de inferioridade (FERNANDES, DENARI. 2017).

É importante termos a noção do que diz o atual Decreto nº 5.296/2004 estabelecido na Constituição Federal que caracteriza “a deficiência como sendo a restrição ou perda que cause impedimento para desenvolver habilidades consideradas normais para a maioria dos seres humanos” (BRASIL, 2004). Como também classifica os tipos de deficiência em: visual, auditiva, intelectual, múltipla e física (Decreto nº 5.296/2004). Como podemos perceber o atual Decreto traz em seu contexto histórico (Diaz, 1995 *apud* Mendes 10), a existência de alguns traços como a marginalização, a segregação e a desigualdade. Além da persistência da marginalização e da desigualdade, outro aspecto que chama a atenção é como o conceito de deficiência institui a ideia de incapacidade, o deficiente sempre foi tomado como um ser incapaz. Como segue as definições;

Deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. Deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de

quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

Deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

Deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e trabalho. Deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências; (BRASIL, 2004, p. 1-2?).

Esse Decreto-lei tem a finalidade de definir e classificar os tipos de deficiência e suas nomenclaturas. Sabemos que existem padrões estabelecidos pela sociedade e pela ciência que determina vários tipos de deficiências como: a deficiência física, auditiva, visual, mental e a deficiência múltipla quando o indivíduo apresenta duas ou mais deficiências. Portanto, essas definições passam a contribuir para a constituição da identidade dessas pessoas devido estar se referido diretamente as limitações do corpo. “O corpo é um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que define quem somos nós, servindo de fundamento para identidade” (HALL, 2000, p.15). O corpo para a vida social é a base de todas as nossas representações o que, em oposição normal e anormal, despertando a consciência humana de alguns valores (MURILO, 2010). No entanto, a deficiência física apresenta características específicas para cada caso, sob a definição de:

Paraplegia quando a pessoa tem perda total das funções motoras dos membros inferiores; Paraparesia refere a perda parcial das funções motoras dos membros inferiores; Monoplegia é quando a pessoa tem perda total das funções motoras de um só membro (inferior ou posterior); Tetraplegia perda total das funções motoras dos membros inferiores e superiores. Tetraparesia - perda parcial das funções motoras dos membros inferiores e superiores. Triplegia perda total das funções motoras em três membros. Triparésia perda parcial das funções motoras em três membros. Hemiplegia perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo). Hemiparesia perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo). Amputação perda total ou parcial de um determinado membro ou segmento de membro (BRASIL, 2001, p. 15).

Conforme, o último Censo Demográfico (IBGE, 2010) os estudos apontaram que 45.606.048 milhões de pessoas que declararam ter pelo menos uma das deficiências investigadas, totalizando assim 23,9% da população brasileira. Mas nos perguntamos, onde essas pessoas habitam? Dessas pessoas com deficiência, 38.473.702 se encontravam em área urbanas e 7.132.347, em áreas rurais (IBGE, 2010). As pessoas do campo com deficiências parecem viver em maior desvantagem quanto às suas condições de saúde, uma vez que a deficiência e a vida no campo estão associadas: a menor número de oportunidades de educação

e emprego, à falta de transporte público acessível e a dificuldades comunicacionais e no acesso a serviços de saúde. Como assinala Turmusani (2002), este fenômeno amplificou-se dado que as sociedades desenvolvidas estão organizadas em torno das necessidades das pessoas sem deficiência.

Observa-se, que a Região Nordeste concentra os municípios com os maiores percentuais da população com pelo menos um dos tipos de deficiência, no Maranhão consta mais de um milhão e meio de pessoas com deficiência 1.624.000. Assim como, no aspecto educacional na relação da taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi de 90,6%, sendo que, para a população de 15 anos ou mais com pelo menos uma das deficiências investigadas essa taxa se reduz para 81,7%.

A Região Sudeste apresentou a maior taxa de alfabetização das pessoas com pelo menos uma deficiência (88,2%), e a Região Nordeste, a menor (69,7%). Para a Região Nordeste, observou-se ainda a maior diferença entre as taxas de alfabetização da população total e daquela com pelo menos uma deficiência (IBGE, 2010).

Existe inúmeros fatores que levam a uma pessoa a estar com uns dos tipos de deficiências estudadas. Observamos que na antiguidade as pessoas adquiriam uma deficiência devido as péssimas condições de serviços, as constantes guerras, nesse sentido, novos causadores da deficiência surgiram na contemporaneidade como por exemplo, no Brasil, “onde a principal causa da deficiência física não era a guerra. Mais sim, as epidemias como o grande surto de poliomielite” (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 27).

### 3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

Diante dos problemas apontados na história para os menos favorecidos, entre eles as pessoas com deficiência física, tais como abandonos, violência e discriminação, a modernidade propôs o método assistencialista para as pessoas com deficiência, principalmente, no âmbito educacional. “Foi principalmente na Europa que os primeiros movimentos pelo atendimento aos deficientes, refletindo mudança na atividade dos grupos sociais, se concretizaram em medidas educacionais” (MAZZOTTA, 2005, p. 17).

A legislação possibilitou que o movimento político das pessoas com deficiência, saíssem do anonimato e, na esteira da abertura política, e ao unirem esforços, formaram novas organizações, articularam-se nacionalmente, criaram estratégias de luta para reivindicar igualdade de oportunidades e garantias de direitos (LANNA JÚNIOR, 2010). Nesse sentido, possibilitou uma nova condição de vida para as pessoas com deficiências devido as políticas públicas que a seguraram oportunidade para desenvolverem suas relações sociais, como a decisão da ONU de proclamar 1981 como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), sob o tema “Participação Plena e Igualdade”. O advento do AIPD colocou as pessoas com deficiência no centro das discussões, no mundo e também no Brasil (Ibid, 2010, p. 37).

Foi somente com a regulamentação da Lei 7.853/89, é que foram estabelecidas normas gerais que asseguram o exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social, a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e o Decreto 3.298/99, dez anos depois, que regulamentou a Lei nº 10.048, de 08/11/00, estabelecendo atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência física, assim como idosos, gestantes, lactantes acompanhadas de crianças de colo, também regulamenta pela Lei nº 10.098, de 19/12/00, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Com isso, concretizou-se, em nosso ordenamento jurídico, os princípios de não discriminação e igualdade de oportunidades, baseados em conceitos amplos de inclusão social, visando dar apoio e suporte ao portador de deficiência para a vida em comunidade. Portanto, considera-se como o primeiro passo dado nesta direção, a reserva de vagas, conforme no art. 93, da Lei nº 8.213/91. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas na área de ocupação.

O Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, define no artigo 8º, as seguintes classificações:

Acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida”. Barreira é qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas. a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público; b) barreiras nas edificações: as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar; c) barreiras nos transportes: as existentes nos serviços de transportes; e d) barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação; (BRASIL, 2004, p. 3).

Como forma de resolver essa problemática, o decreto traz regras específicas da concepção e da implantação de projetos arquitetônicos e urbanísticos para promoção da acessibilidade, complementadas pelas normas técnicas de acessibilidade da ABNT e pelas disposições contidas na legislação dos Estados, Municípios e do Distrito Federal. No planejamento e na urbanização das vias, praças, dos logradouros, parques e demais espaços de uso público, deverão ser cumpridas as exigências dispostas nas normas técnicas de acessibilidade da (ABNT) Associação Brasileira de Normas Técnicas. Como a construção de calçadas para circulação de pedestres ou a adaptação de situações consolidadas; o rebaixamento de calçadas com rampa acessível ou elevação da via para travessia de pedestre em nível; e a instalação de piso tátil direcional e de alerta.

A Lei nº 8.069, de 13/07/90, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que assegura ao adolescente portador de deficiência o trabalho protegido, garantindo-se seu treinamento e colocação no mercado de trabalho e também o incentivo à criação de oficinas abrigadas. Assim como, dispõe na Lei Nº 13.146/15 em referência o direito ao trabalho no artigo 34, parágrafo 1º, 2º e 4º do Estatuto da Pessoa com Deficiência como segue:

A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidade com as demais pessoas. 1º as pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza são obrigadas a garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos. 2º as pessoas com deficiência tem direito, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo igual remuneração por trabalho de igual valor. 4º a pessoa com deficiência tem direito a participação e ao acesso a cursos treinamentos, educação continuada, planos de carreira, promoções, bonificações e incentivos profissionais oferecidos pelo empregador, em igualdade de oportunidade com os demais empregados. (BRASIL, 2015, p. 8-9).

No que se refere à acessibilidade, a referida Lei garante segundo o artigo 53 que: “a acessibilidade é direito que garante a pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social” (BRASIL, 2015, p.12). Então esses dois movimentos de inclusão são grandes conquistas que obtivemos no decorrer da história da pessoa com deficiência. Contar com esse conjunto de leis e direitos é de suma importância e uma grande vitória para a população. Além da pessoa com deficiência buscar oportunidade de adaptar-se à sociedade, o Estatuto da Pessoa com deficiência possibilitou que a sociedade se organize para incluir essas pessoas com deficiência física.

Decreto nº 3.691, de 19/12/00, que regulamenta a Lei nº 8.899, de 29/06/94, que instituiu o passe livre para pessoas portadoras de deficiência em serviço convencional das empresas de transporte coletivo interestadual de passageiros nas modalidades ônibus, trem ou barco, incluindo transportes interestaduais semiurbanos. No entanto, esses projetos de lei não atendeu a demanda pois a porcentagem era consideravelmente baixa, decretava pelo menos dois assentos reservados para a pessoa com deficiência para cada veículo. Nesse sentido, vários movimentos desenvolveram - se para melhorar a vida da pessoa com deficiência. Entre esses movimentos, podemos destacar a questão da inclusão no mercado de trabalho, da acessibilidade, os quais nos permite participar da cultura, da escola, do cinema, do lazer dos transportes as leis de cotas e o direito de ir vir. Todos esses aspectos estão contidos no Estatuto da Pessoa com Deficiência, revigorando assim, a acessibilidade.

### 3.2 Escola e educação para a pessoa com deficiência física

Com a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), a qual considera alunos com deficiência também como público-alvo a ser abarcado pela escola comum, vê-se a escola inclusiva como uma nova realidade brasileira. E quando nos referimos a acessibilidade da educação para as pessoas com deficiência física, nos deparamos com indagações como essas: quais as características que uma escola acessível precisa ter? Como podemos saber que um edifício escolar é acessível? Primeiramente, precisam comprovar que estão respeitando as seguintes normas.

Está cumprindo as regras de acessibilidade arquitetônica, urbanística e na comunicação e informação previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica ou neste Decreto; coloca à disposição de professores, alunos, servidores e empregados portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida ajudas técnicas que permitam o acesso às atividades escolares e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas; e seu ordenamento interno contém normas sobre o tratamento a ser dispensado a professores, alunos, servidores e

empregados portadores de deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação, bem como as respectivas sanções pelo descumprimento dessas normas (BRASIL, 2004).

Nesse sentido, o Decreto 5.296/2004, em seu artigo 24, aponta que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.

A Educação Especial brasileira foi se constituindo de um modo peculiar como um sistema paralelo de ensino, que se efetivava distante da escola regular e implementado normalmente em lugares segregados, tais como as instituições e classes especiais (SOUZA, 2012, p. 14). Nesse caso, os alunos que necessitavam de atendimento especial iam para as escolas especiais e não para a escola de ensino regular, como a Declaração de Salamanca estabelece ser o espaço de educação para todos. Então percebe-se com desenvolvimentos de movimentos a importância da Educação Especial ser desenvolvida em conjunto com a Educação Inclusiva, na perspectiva que uma possa completar a outra, ou seja, a educação especial possibilitaria os recursos necessários para o atendimento dos alunos com necessidade especiais que encontram-se devidamente matriculados na escola regular de ensino.

Com essa perspectiva social e cultural, o Brasil começa a caminhar em passos lentos para mudar sua visão para o cenário da educação oferecendo as pessoas com deficiência condições educacionais com mais ênfases no século XIX.

O período de 1854 a 1956 foi marcado por iniciativas oficiais e particulares isoladas. O atendimento escolar especial para os indivíduos com deficiência teve início no Brasil, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atualmente Instituto Benjamin Constant) pelo Imperador Dom Pedro II (1840-1889) por meio do Decreto Imperial nº 1.428, de 12 de Setembro de 1854. Três anos depois, em 26 de setembro de 1857, o Imperador, apoiando as iniciativas do Professor francês Hernet Huet, funda o Imperial Instituto de Surdos Mudos (atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES) (MAZZOTTA, 2005, p. 28- 29).

Nesse sentido, o Instituto tinha objetivo de atender todas as pessoas com deficiência visual do Brasil principalmente os que foram abandonados pelo seu grupo familiar. Percebe-se nessa discussão a constante exclusão dos deficientes físicos e principalmente dos deficientes intelectuais.

Considerando o contexto histórico da pessoa com deficiência, esses pequenos avanços em suas vidas são importantíssimos e possibilitaram, posteriormente no século XX, a aplicação de políticas voltadas para a Educação Especial no Brasil. Como afirma Glat: Nas últimas



décadas, em resposta às demandas e expectativas sociais, os profissionais da educação especial têm-se voltado para a busca de alternativas de absorção desses educandos nas redes escolares. (GLAT, 2011, p. 17).

Como forma de preparação desses profissionais para atuarem com mais eficácia. É importante sabermos o significado da Educação Especial. Primeiramente, precisamos entender a discussão apresentada no século XIX em relação à educação, em que mencionam a criação das primeiras instituições governamentais para a educação de pessoas surdas e cegas (CORCINI, CASAGRANDE, 2016), então temos a noção dos excluídos e dos incluídos. A noção que temos de educação inclusiva e escola inclusiva é a perspectiva da escola que promove a educação e desenvolve aprendizado, seu avanço se dá devido à tentativa de rompimento com a exclusão de quaisquer classes consideradas minoritárias.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior (BRASIL, 2008, p. 14).

Nesse sentido, a educação inclusiva precisa estruturar as escolas para atender todas as pessoas com deficiências, e isso pode ser possível com o interesse dos administradores públicos em suas respectivas áreas governamentais. Possibilitando o processo de ajuste mútuo, onde cabe à pessoa com deficiência manifestar-se com relação a seus desejos e necessidades e à sociedade, a implementação dos ajustes e providências necessárias que a ela possibilitem o acesso e a convivência no espaço comum, não segregado (ARANHA, 2001).

Passamos a perceber a importância da Educação Especial porque tem como característica possibilitar ao indivíduo a obtenção do conhecimento, objetivando assim, estudar estratégias, formas de avaliações e ofertas de atendimento educacional especializado complementar ou suplementar. Segundo Glat (2011), uma escola inclusiva de qualidade preocupa-se em oferecer, além do espaço físico, oferece práticas pedagógicas planejada e sistemáticas, atendendo a especificidades de cada aluno e procurando sempre a melhor maneira dos mesmos interagirem no ambiente escolar considerando em sua aprendizagem o conhecimento repassado a elas.

As políticas públicas desenvolveram-se como formas de articulações para que a sociedade se mobilize em preparar melhores condições de vida à população com deficiência. Com essa proposta de acolhimento, aparecem as primeiras instituições especializadas como a:

(PESTALOZZI) – Escola de Educação Especial Instituto Pestalozzi e a (APAE) – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. Segundo Rafante (2006, p. 95) que a Sociedade Pestalozzi era uma associação civil mantida por doações, inclusive do Estado, “destinada a proteger as crianças e adolescentes excepcionais e a preservar a sociedade e a raça, das influências nocivas para a sua saúde mental e equilíbrio moral”. Essas associações ganharam mais força com a elaboração da Constituição Federal do Brasil de 1988 que traz leis inclusivas. No artigo 208 consta a Lei de inclusão com os seguintes direitos: Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade; atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

A inclusão da Educação Especial na Constituição Federal foi uma conquista relevante. Dela, adveio mais conquistas importantes para as pessoas com deficiência: aprovação da Lei 9.394/96 Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Assegurou as atribuições aos poderes públicos:

A garantia de educação especial, até a idade de dezoito anos em classes especiais, para a pessoa com deficiência que afetivamente não possa acompanhar as classes regulares; a garantia de unidades escolares equipadas e aparelhadas para a integração do aluno com deficiência na rede regular de ensino; a criação de programas de educação especial (BRASIL, 1996).

Com esse propósito de educação inclusiva para todos em 1994, a Declaração de Salamanca estabeleceu como princípio que as escolas do ensino regular devem educar todos os alunos, enfrentando a situação de exclusão escolar das crianças com deficiência (BRASIL, 2008), por estabelecer propostas de ação que coloca em discussão as ideias tradicionais de escola e as formas de atuação da educação especial, que passa a ter como uma de suas funções prioritárias o suporte pedagógico especializado junto ao ensino comum para o trabalho com alunos especiais, perpassando, assim, todos os níveis e etapas da escolarização (GLAT, 2011).

#### **4 IDENTIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM TIMBIRAS - MARANHÃO**

O Brasil contempla em seus Estados e Municípios uma diversidade social significativa, diante dessa variação social é relevante debater-se sobre a inclusão social que possibilita confrontar as diferenças, para tanto, é necessário compreender tal conceito. Segundo Luz (2003) a inclusão é uma manifestação social contemporânea, que vem sendo defendida e propagada em vários setores da sociedade. O contexto histórico destaca que esse fenômeno apareceu para defender a pessoa com deficiência. Porém, a definição da inclusão vai além de contemplar apenas a pessoa com deficiência, estabelecendo igualdade de direitos para todos os cidadãos.

Diante desse cenário a sociedade brasileira divide-se em classe sociais, que permite classificar em maiorias e minorias, visto que, as classes minoritárias são os grupos considerados mais vulneráveis, entre esses grupos estão as pessoas com deficiências (TEIXEIRA,2010). Nesse sentido, surgiu a complexidade de outro conceito, a deficiência, justamente por que a definição da deficiência abrange diferentes casos, que vai da pessoa que não tem um dedo até pessoas totalmente dependentes de terceiros. Nesse caso, a deficiência é uma característica que qualquer pessoa pode adquirir um dia.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, afirma que “a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2008, p. 21). Portanto, quando nos referimos a identidade da pessoas com deficiência passamos a refletir a deficiência conforme seus variados sentidos e formas de conceitua-los, vivencia-lo a partir da experiência da pessoas com deficiência, através dos “diferentes modos pelos quais, em nossa cultura os seres humanos se tornam sujeitos.” ((FOUCAULT, 1995). Nesse sentido,

Pode-se dizer que o corpo seria um arcabouço para os processos de subjetivação, a trajetória para se chegar ao “ser” e também prisioneiro deste. A constituição do ser humano, como um tipo específico de sujeito, ou seja, subjetivado de determinada maneira, só é possível pelo “caminho” do corpo. (MENDES, 2006, p. 168)

Assim, a sociedade leva-nos a pensar a deficiência com base na história das famílias dos sujeitos modernos contemporâneos, colocando o corpo deficiente como o centro da construção da identidade e no direcionamento dos valores das pessoas com deficiência.

Portanto, a política da inclusão aparece para podermos ter uma sociedade de respeito mútuo para todos em suas respectivas formas de se apresentar na sociedade. Como compreende Souza (2006), não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. A autora menciona diversas definições que convergem para mesma abordagem e cita que a definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, em que decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz.

Então, quando refletimos a questão da inclusão na perspectiva da Educação Inclusiva para pessoa com deficiência percebe-se que a educação é o ponto de partida para eliminar barreiras da reclusão. Com essa finalidade, a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos, em 1990, ressalta, as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas com deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, priorizou a inclusão dos alunos com deficiência nas escolas regulares e trouxe dois preceitos fundamentais para o trabalho educacional: todos os alunos são capazes de aprender e a deficiência não está no indivíduo. (BRASIL,2008)

Nesse sentido, surgiu nos últimos anos, as discussões e dúvidas dos professores sobre a Educação Inclusiva migraram do direito ao acesso às escolas comuns para como olhar além das deficiências, trabalhar com a diversidade e avançar na aprendizagem para todos. Segundo pesquisa da Unicef. “Se quisermos cumprir esse direito que está na Constituição, precisamos encarar isso de frente. Apesar de todos os avanços, ainda temos muito o que fazer”, afirma.

#### 4.1 Caracterização da pesquisa de campo

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...]. (GONSALVES, 2001, p.67).

Nesse sentido, trabalhamos a temática: identidade e políticas públicas para pessoa com deficiência física em Timbiras, através da pesquisa de Campo qualitativa exploratórias com enfoque a partir do método fenomenológico, para podermos alcançar o objetivo que é compreender a identidade e o processo de inclusão da pessoa com deficiência física em Timbiras – MA.

Já que método fenomenológico busca a interpretação do mundo através da consciência do sujeito formulada com base em suas experiências. Seu objeto é, portanto, o próprio fenômeno tal como se apresenta a consciência, ou seja, o que aparece e não o que pensa ou se afirmar a seu respeito. Tudo, pois tem que ser estudado tal como é para o sujeito, sem interferência de qualquer regra de observação. (GIL, 2019).

#### 4.2 Caracterização do campo de pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida na escola C.E Newton Neves e C.E.F Manoel Burgos, município de Timbiras, cidade do interior do Maranhão. Essas duas escolas quando procurei seus representantes e falei da proposta de realizar uma pesquisa de campo em suas repartições aceitaram imediatamente a proposta. Em relação ao tempo de duração esse trabalho durou de março de 2018 a dezembro de 2019, sendo que em setembro de 2019, comecei a vivenciar a realidade das escolas na perspectiva do ensino e aprendizagem com foco no ensino da Educação Inclusiva dos alunos com deficiência que encontra-se matriculado na mesma.

Vale ressaltar que as escolas selecionadas para o presente trabalho são de esfera governamental diferente, ou seja, uma é da rede estadual de ensino, C.E. Newton Neves, e a outra é da esfera municipal de ensino, C.E.F. Manoel Burgos, esse critério de seleção das escolas é exatamente por que possibilita uma noção comparativa melhor desses dois setores importantíssimos para a discursão e aplicação das políticas públicas para a sociedade. Esse estudo conta como participantes do trabalho, os alunos com deficiência física Railson, Rita de Cassia e Diego, mãe dos alunos e os gestores das duas escolas.

Nessa perspectiva, sabemos que a sociedade historicamente perpassa por constante processo evolutivo buscando melhores condições para população, meios adequados, que possibilitassem melhorar o desenvolvimento de suas atividades cotidianas. Como o movimento da Revolução Industrial que proporcionou significativamente avanços científicos tecnológicos em várias áreas, característico de movimentos sociais. Com esses movimentos sociais as classes denominadas de minoritárias em específico a pessoa com deficiências, procuraram a assistências das repartições educacionais, governamentais e tecnológicos para mostrarem que fazem parte da sociedade e possuem os mesmos direitos e deveres.

Elias (2000) compreende claramente que a sociedade ao se dividir em grupos sociais, partes desses grupos passam a sentir-se mais poderosos e melhores que os outros. Assim, como o povo da antiguidade onde os grupos considerados perfeitos podiam controlar e condenar os imperfeitos aos maus tratos e a exclusão da sociedade. Atualmente esse contexto através da

Educação, Estado e tecnologia passam por um processo de inclusão da pessoa com deficiência no Brasil. Possibilitando uma significativa mudança social da pessoa com deficiência: passando a ser reabilitado e produtivo, e a pessoa sem deficiência passando a ser conscientizado e habilitado a conviver e trabalhar com as pessoas com deficiências (PcD's).

#### 4.2.1 Timbiras – Maranhão

Segundo o último Censo (IBGE, 2010) Timbiras tem uma área de 1.486 km<sup>2</sup> e uma população de 28.004 habitantes, estando na microrregião de Codó, a 316 quilômetros da capital São Luís.

Ao longo de sua história recebeu vários nomes: Urubu, Porto dos Urubus, Monte Alegre e finalmente Timbiras. Tal nomes são característicos de movimentos sociopolíticos procurando melhorar a estética para a aceitação dos termos na sociedade do município. Então, a partir dos avanços nos aspectos políticos e econômicos do município, possibilitou a articulação do projeto que resultou no Decreto-Lei nº 45, de 29 de março de 1938 que o município passaria a ser cidade. Acreditava-se que historicamente a região era habitada inicialmente pela tribo dos timbiras, ou que, a tribo acampara algum tempo na região. Com base nessa história tiveram a ideia de determinar através do Decreto-Lei nº 820, de 30 de dezembro de 1943 que Timbiras fosse a partir de então o nome do município.

Referente a Política da Educação Inclusiva no Município de Timbiras-MA. Atualmente na sociedade timbirense há uma grande dificuldade de articular a aplicação de políticas públicas para as pessoas com deficiência física, segundo a Secretaria de assistência Social (SEMAS) devido no município não existir uma Associação da pessoas com deficiência, dificulta assim, a criação do Conselho para as pessoas com deficiência, que poderia ajudar a desenvolver um olhar mais oportuno a essas pessoas no aspecto da assistência básica como na educação, saúde, na área jurídica entre outras. Apesar da dificuldade de estabelecer a educação inclusiva no município devido a vários fatores um deles está na estruturação do espaço físico das escolas e a capacitação especial para os educadores. O município está buscando a permanentemente superar as barreiras que tem dificultado o processo para promover a educação inclusiva.

O prefeito do município Dr. Antonio Borba está elaborando um projeto para abrir uma turma de Atendimento Educacional Especial (AEE) no contra turno da aula do ensino regular do aluno com deficiência. Entende-se então que Timbiras contará em breve como uma sala de recursos, que significa:

Uma sala na própria escola ou em escola próxima destinada ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), com o objetivo de facilitar a aprendizagem e a inclusão dos alunos com deficiência nas escolas públicas regulares. Conta com profissionais preparados especificamente para o atendimento às diversas necessidades educativas especiais dos educandos e dispõe de equipamentos de informática, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos. (RODRIGUES, 2017, p. 2).

Segundo Dr. Antonio Borba ao blog do Silvio Ramon, que apesar dos alunos muitos estarem incluído no ensino regular é necessário formar turmas com recursos especializados, no entanto estão ainda na fase de diagnóstico da demanda, por enquanto mais de cem alunos já foram cadastrados para a abertura das turmas e assim possibilitar a chegada de recursos. Segue dizendo que, o direito à educação faz parte do conjunto de direitos sociais e o objetivo é valorizar a igualdade entre as pessoas.

Nesse sentido, a matéria publicada pelo blog do Silvio Ramon, ressalta que, pensando nessa situação a Secretaria Municipal de Educação promoveu recentemente a primeira capacitação dos professores para atuarem na formação na área da educação especial inclusiva, porque segundo a coordenadora pedagógica da SEMED, Aldinéia Lima, essa capacitação objetivou discutir, organizar e alinhar o trabalho que será desenvolvido pelas unidades da Rede Municipal de Ensino. O intuito é subsidiar as instituições de ensino do município nesse processo de inclusão dos alunos.

A Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) aponta políticas públicas de assistência a alunos carentes e com deficiência, como o (BPC) Benefício de Prestação Continuada na escola, que está em vigor no Município. Estão sendo intensificados os estudos sobre a lei de Cotas e acessibilidades. No que se refere a reabilitação através do SUS, atualmente a clínica de reabilitação da Dr. Maria Paz FISIOMED faz atendimento aos pacientes através de convênio com SUS no município. Segundo a fisioterapeuta “a clínica atende mensalmente uma média de 80 pacientes com as seguintes patologias: Microcefalia, Paralisia Espatica, Paralisia Cerebral, Síndrome de Down, Hidrocefalia e deficientes físicos.

#### 4.2.2 Escola Manoel Burgos

Apresenta-se os dados de identificação da escola campo que nos permitiu desenvolvermos nosso trabalho de pesquisa em seus departamentos e com seus alunos. O Centro de Ensino Fundamental Manoel Burgos, escola pública municipal, localizada na Avenida Jornalista Almir Santos, N° 73 no bairro São Sebastião, atualmente tem como gestora, a Sra. Raquel Moraes.

A instituição conta com a colaboração do quadro de professores compostos de 28 professores qualificados e comprometido com a Educação Básica, com oito salas de aulas que acomoda as turmas do 1º ao 9º ano, ou seja, fundamental I e fundamental II com uma média de 375 aluno, segundo a Diretora, somente 05 desses alunos apresentam laudo médico como pessoa com deficiência no ano de 2019, na escola.

A escola entende que a finalidade é o compromisso com a redução das desigualdade sociais, a articulação das propostas educacionais com o desenvolvimento econômico, social, político e cultural da sociedade, a defesa da educação básica, gratuita de qualidade como direito fundamental do Cidadão. Nessa perspectiva, o C.E.F Manoel Burgos funciona em um prédio antigo desde 1981, ao longo de suas atividades passou por algumas reformas e ampliação e atualmente encontra-se em ótimo estado de conservação. A escola dispõe de água canalizada, energia elétrica, boa iluminação e ventilação, em todas as salas de aula possui 04 ventiladores de paredes e janelas largas. A escola possui ainda 08 salas de aula e carteira suficiente com a demanda dos alunos, 01 diretoria, 01 sala para professores, 02 banheiros, sendo um masculino e outro feminino, 01 cantina e 01 mini pátio.

Historicamente foi fundada no dia 26 de junho de 1981, na época recebeu o nome de Unidade Escolar Municipal Manoel Burgos da Cruz, na gestão do prefeito José Maria Frazão de Melo e Alvin. Na época de sua inauguração a escola tinha apenas 04 salas de aula, 01 cantina, 02 banheiro, um masculino e outro feminino, 01 diretoria. Entretanto, com o passar do tempo a comunidade foi crescendo e a demanda de alunos foi aumentando, exigindo a ampliação de suas dependências. Para atender à crescente demanda, a prefeita Dirce Maria no ano de 2007 resolveu reformar e ampliar a escola, acrescentando mais 04 salas de aula, 01 sala para professores, banheiros acessíveis aos alunos com deficiência e foi implantado na escola a modalidade EJA.

E somente no ano de 2009 na Gestão do prefeito Raimundo Nonato da Silva Pessoa, foi idealizado pelo então Secretário de Educação professor Itaner José Ribamar Paiva Frazão, a escola além do ensino fundamental anos iniciais 1º ao 5º ano, passou a oferecer o ensino fundamental anos finais 6º ao 9º ano.

O nome da escola é homenagem ao ex-prefeito de Timbiras nos anos de 1922-1924, Manoel Burgos da Cruz, nasceu em 15 de novembro de 1891 no povoado Setúbal, zona rural de Monte Alegre, hoje a então cidade de Timbiras-Maranhão. Manoel Burgos e sua família residiram sempre no bairro São Sebastiao, bairro de localidade da escola.



#### 4.2.3 Escola Newton Neves

A outra escola pesquisa foi o Centro de Ensino Newton Neves, escola pública estadual, está localizada na Avenida Idelfonso Moreira dos Santos, S/N, Centro, Timbiras-MA e o diretor geral é Ivanildo Aves. Segundo o diretor, a escola estadual, possui 693 alunos e encontram-se matriculados 11 alunos com necessidade de Educação Especial no Ensino Médio e EJA. Na escola existe 09 salas de aulas, 01 sala dos professores, 01 sala de diretoria, 01 sala de leitura, 01 sala de secretaria, 01 cozinha e 01 despensa, 01 banheiro dentro do prédio, 01 banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida.

Os turnos de funcionamento estão planejados da seguinte forma: Para as turmas da 1º série do ensino médio funciona no período matutino e vespertino com 08 turmas e a média é de 33 alunos matriculado para as aulas presenciais. Na 2º série do ensino médio há 07 turmas contando com o período matutino, vespertino e noturno, com média de 31 alunos por turmas para as aulas presenciais e na 3º série do ensino médio há 05 turmas funcionando no período matutino, vespertino e noturno com uma média de 27 alunos por turmas e na modalidade EJA do ensino médio consta funcionando 02 turmas no período noturno com média de 34 alunos matriculados. A grade curricular é composta pelas disciplinas de Inglês, Artes (Educação Artística, Teatro, Dança, Música, Artes Plásticas e outras), Filosofia, Sociologia, Educação Física, matemática e português.

#### 4.3 Observações

Observamos entre os dias 06 a 08 de setembro na escola Manoel Burgos e de 16 a 18 do mês de setembro na escola Newton Neves. Na perspectiva de observarmos como a escola está aplicando a Política da Educação Especial Inclusiva aos alunos com deficiência física, que encontram-se matriculados neste centro de ensino regular. Visto que, a legislação determina que as escolas públicas e privadas são obrigadas registrarem matrículas dos alunos com deficiência na modalidade de ensino regular.

Além da política que garante a matrícula do aluno com deficiência na escola de ensino regular, essas escolas precisam por meio do sistema educacional e governamental lutar para conseguir proporcionar ensino e aprendizagem de qualidade para todos. Os movimentos da política de inclusão possibilitou “visar uma educação básica inclusiva que vá além da matrícula, do acesso e permanência escolar, que perpassa a prática e a vivência, que minimize as angústias, as incertezas e anseios dos verdadeiros atores da educação: o professor e o aluno”

(BARRETTA, 2012, p. 02). Nesse sentido, vejo que escolas Manoel Burgos e Newton Neves, estão esforçando-se para intensificar a política da educação inclusiva, buscando junto ao Sistema Educacional apoio para a inclusão das pessoas com deficiência. Entretanto, para a rede municipal e estadual de ensino de Timbiras para atender essa determinação da educação inclusiva tem enfrentado diversas barreiras presente no dia a dia das escolas. Semelhante as barreira mencionada por Glat (2011), acessibilidade arquitetônica precária, falta de capacitação e de suporte especializado para os professores, grande números de alunos nas turmas, e pouco tempo para o professor regente realizar um trabalho diferenciado. Apesar das dificuldades constantes as escolas estão se reorganizando visando adequar-se à educação inclusiva.

Nesse sentido, o aspecto pedagógico de ambas as escolas enfrenta dificuldade na capacitação de professores para trabalhar com a diversidade, porem os professores estão cada vez mais procurando formação continuada para aprimorar suas atuações na educação inclusiva. E no aspecto da acessibilidade arquitetônicas as escolas estão ampliando seus espaços físicos para evitar a super lotação das salas, possibilitar que todos os alunos possam locomover-se dentro dos repartimentos das escolas. Ambas as escolas contam com rampa acessível para cadeirante, ônibus escolar disponibilizado pela prefeitura, banheiro acessíveis. Portanto, é importante analisar esses aspectos para a inclusão social para relacionar a qualidade de vida das pessoas com deficiência no cotidiano escolar (NERI et al, 2003).

Atualmente, a escola Newton Neves encontra-se em reforma visando melhorar ainda mais a acessibilidade ao aluno com deficiência, sabendo que as dependências da escola necessita de reparos na acessibilidade para as pessoa com deficiência, na estrutura física existe muitas barreiras arquitetônica, as salas de aula estão super lotadas sem espaço suficiente para um cadeirante ou que faz uso de outras ferramentas para se movimentar entre as carteiras. A reforma possibilitará um avanço no aspecto da acessibilidade para além da parte física, pensando na receptividade dos alunos com dificuldade de locomover-se. Visto que Glat (2011), compreende que as condições de acessibilidade arquitetônica das escolas e a organização do espaço, são pré-requisitos para o processo de ensino-aprendizagem de alunos com necessidade educacionais especiais no ensino regular.

#### 4.4 Entrevista com os alunos selecionados

Nessa fase da pesquisa utilizamos o recuso da entrevista semiestruturada, e aplicação de questionário para conseguir as informações dos participantes, técnicas que nos possibilitou conversar e vivenciar as experiências de vida dos participantes. O primeiro participante a nos

conceder entrevista e compartilhar um pouco da sua vida escola sendo pessoa com deficiência foi Railson e sua mãe, logo depois, entrevistei a aluna Rita de Cassia. O aluno Diego que consta como participante da pesquisa só teve contato no período de observação na escola, por esse motivo não foi possível entrevista-lo.

A entrevista gravada com cinco perguntas relacionada a identidade, e vivencia escolar e familiar do Railson, a entrevista foi realizada as 10:00h do dia 15 de novembro de 2019, em sua residência, com duração de cinco minutos. A seguir conheceremos mais sobre a experiência de vida do aluno em seu ambiente escola.

O aluno Railson que participou do nosso estudo tem 12 anos de idade, cadeirante e residente do Povoado Melancia na zona rural, há aproximadamente 7 quilômetros da cidade de Timbiras. O qual passei a acompanhar de perto o dia a dia do Railson como pessoa com deficiência física devido ser diagnosticado com paralisia infantil que comprometeu seus membros inferiores.

Como ressalta Rezende (2013), a família desempenha um papel importante no processo de inclusão da criança com deficiência, porque ajuda na aceitação de suas características e direcionamento da vida escolar possibilitando construir um ambiente saudável, o amor e o estímulo devem ser constantes, para seu desenvolvimento. Nessa perspectiva conversamos com Railson que acorda as seis horas da manhã para se arrumar para ir à escola e sua mãe acorda no mesmo horário para ajuda Railson e passar o café para tomarem antes de irem para a escola, logo depois, a mãe ou pai do Railson vão deixar- lo na escola, sendo que saiam de casa as seis e quarenta e cinco para chegar na escola sete e quinze da manhã. Como o ônibus escolar não é acessível para cadeirante está subindo e descendo os pais preferem levá-lo de moto mesmo. Quando chegam com Railson na escola, os pais ou o vigilante levam a cadeira de rodas e o acompanham até a sala de aula, no percurso de acesso da entrada do portão da escola até a sala de aula tem barreiras arquitetônica porem superada pela rampa de acesso para cadeirante.

Ao ser perguntado sobre sua rotina diária para ir para a escola e voltar para casa Railson ressalta que, “É bom já estou acostumado”. A situação para Railson frequentar a escola é bem complexa levando em consideração sua árdua e cansativa rotina escolar, como ainda é uma criança não tem a noção do sacrifício que é não ter disponível um meio de transporte mais acessível de sua casa até a escola. A Associação Brasileira Normas Técnica (ABNT) que é responsável pela determinação de acessibilidade no Brasil, conceitua acessível como sendo espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias ou elemento que possa ser alcançado,

acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa. Essa discussão da acessibilidade tem ganhado repercussão na sociedade brasileira devido ser colocado como um dever da sociedade contribuir para a qualidade de vida das pessoas com deficiência.

O comportamento de Railson em sala de aula é excelente, tem uma boa relação com o professor e com seus colegas de classe, é prestativo na aula do professor e preocupado em fazer as atividades, porque o professor de matemática passou uma aula expositiva do conteúdo sobre cálculo dos retângulos e na sequência da aula fez uma atividade prática. Railson prestou bastante atenção copiou do quadro e respondeu a atividade deixando de ir para o intervalo.

Assim como qualquer criança Railson diz “Gosto de brincar e de estudar”, é uma criança bastante carismática e que está adaptado a sua condição de vida como pessoa com deficiência física. Railson gosta de brincar com seus amigos e colegas de escolas. Conta com o apoio de sua família, seu irmão, é seu maior companheiro, já que, os dois são pessoa com deficiência física que necessitam de cadeira de roda para se locomover. E estão com um problema de falta de cadeira de rodas, atualmente só está tendo uma cadeira de rodas para os dois meninos cadeirantes.

Procurei a aluna Rita de Cassia para conceder uma entrevista, porem como desde, outubro que está sem aula devido a escola está em reforma, os alunos estão tendo aula apenas uma vez por semana aos sábados, então dia 30 de outubro um sábado dia de aula fui na escola e entreguei um questionário com cinco perguntas básicas sobre sua identidade, vivencia escola e familiar para Rita levar e responder em casa e devolver semana seguinte, assim, dia 12 de dezembro fui até a casa da Rita buscar o questionário, chegando lá, ainda não havia respondido esperando para nós conversar pessoalmente com base nas perguntas. Foi até bom, por que assim, permitiu eu realizar a técnica da entrevista gravada com cinco perguntas ocorrendo as 17:00horas, com duração de 10 minutos, possibilitando uma conversa produtiva em relação sua vida escolar.

Rita de Cassia é uma menina de 16 anos de idade, residente do bairro horta da cidade de Timbiras, pessoa com deficiência devido a paralisia infantil. Quando pergunto como se define? Rita responde “Eu mi vejo como uma pessoa normal com minhas dificuldades.” Então tem a noção de suas limitações física e do estranhamento que a sociedade exerce ao seu jeito de ser e de andar perante a sociedade. A identidade individual está relacionada com o desenvolvimento de uma sociedade ao longo de sua história, suas normas. (INIGUES 2001, apud, BERNADO, 2010). E questionada sobre que você gosta de fazer? Diz que “Gosta de conversar e mexer no celular.” Atualmente estuda a segunda série do ensino médio na escola Newton Neves no turno vespertino, então em relação ao acesso para ir à escola diz “é normal

as vezes vou a pé, de moto e bicicleta, mas gosto de ir mesmo e na folia com os colegas.” Percebe-se uma menina independente e carismática que socializa-se com facilidades superando qualquer rotulo que lhe for atribuído. Segundo Audi e Manzini (2007) é muito difícil encontrar a acessibilidade desejada para os alunos com deficiências, sobretudo nas escolas públicas.

Acompanhei o Diego da Silva, tem 16 anos de idade, cursa a primeira série do ensino médio na escola Centro de Ensino Newton Neves e reside no Povoado Abondaça, município de Timbiras. Logo nos primeiros contatos perguntei-lhe como era o acesso de sua casa no interior do município para frequentar a escola na cidade? Diego respondeu-me que “o acesso à escola é de ônibus escolar, onde o ônibus passar na casa dele as dez horas da manhã para poderem chegar no horário da aula,” sendo bem cansativo fazer esse trajeto de segunda a sexta. Ele é uma pessoa com deficiência física com limitações nos membros inferiores e na coluna, um aluno que está adaptado em sua turma e no ambiente escolar.

Nessa perspectiva, ambos os alunos com deficiência física lidam diariamente com dificuldades devido sua limitação física e vivenciam rótulos ao seu corpo. Essa questão do corpo ser a parte importante para a construção da identidade, então “o corpo merece ser compreendido dentro de um sistema social em se encontram presentes as relações humanas.” (BERNADO,2010, p. 14). Portanto, determina a maneira de nos comunicar ao mundo partindo das características identitária da parte física que nos coloca como pertencente a determinado grupo ou classe social. No caso das pessoas com deficiência física caracterizado as vezes por estarem com o corpo sem perna, sem braços, e com paralisia, então a sociedade e a mídia olham até os dias atuais com certos estranhamentos devido considerarem fora dos padrões sociais.

#### 4.5 Entrevista com os pais dos alunos

A entrevista composta de cinco perguntas relacionado a vida escola e familiar com a mãe do Railson ocorreu as 10:00h do dia 15 de novembro de 2019, em sua residência, com duração de seis minutos.

Notoriamente a família é importante em nossas vidas, e a família das pessoas com deficiência é a base importantíssima para seu desenvolvimento pessoal. Porem no início ao receber a notícia que algum membro da família ou especificamente o filho esperado veio com algum tipo de deficiência é um processo traumático para a família que terá que se adaptar à nova realidade, a partir da sua trajetória de experiência, “a mãe se depara com o desconhecimento e a desinformação acerca da deficiência do filho. Estar desinformada significa

não saber nortear suas atitudes” (BARBOSA, 2007, p.49). Mais com o passar do tempo tudo se reorganiza e a família passa a amar o filho com deficiência incondicionalmente, colocando em centros de reabilitação e em escolas, buscando formas de promover a socialização e desenvolvimento pessoal e social do seu filho.

Nessa perspectiva, quando pergunto a mãe: Como é a vida do Railson sendo pessoa com deficiência que usa cadeira de rodas para se locomover na zona rural? A mesma responde que “é muito difícil aqui nós não anda saindo para lugar nenhum, assim a minha vida parou depois que tive ele. Só andamos aqui mesmo na casa da vó dele e do tio dele, mais para sair assim pra passear nós não sai não.” Visto que no povoado onde residem na zona rural não tem acessibilidade arquitetônica, as ruas são na piçarra e areia dificultando que o Railson saia pelas ruas em sua cadeira de rodas. A rua que ele mora fica depois dos trilhos da linha do trem tornando mais difícil o acesso. Nesse sentido,

A mãe ver-se diante da necessidade de deixar o trabalho para atender as demandas de cuidado do filho deficiente, e também devido à dificuldade inicial em lidar com os sentimentos e conflitos vividos. Sente-se incapaz de levar uma vida como tivera antes da chegada do filho e, assim, lança-se as exigências impostas pela situação vivenciada na família e no cuidado dele. (BARBOSA, 2007, p. 50).

Mesmo com toda dificuldade de acessibilidade que encontra no percurso diário do povoado Melancia localidade de sua residência até a escola, mantém o filho na escola por que acredita no potencial do seu filho e que a educação transforma vidas, assim, pergunto a mãe do Railson Sra. Cristiane como é fazer todos os dias esse trajeto de moto da sua casa na zona rural até a cidade para deixar e buscar Railson na escola? a mãe Cristiane, relata “É bem difícil mais já estamos acostumados, e outra, a quentura é grande demais e no inferno é mais ruim ainda devido à chuva, ai nós faz assim, pela manhã, eu vou deixar e meio dia vou buscar na moto.” Então a mãe com sua disposição supera a rotina que bem difícil, mais os pais fazem com muita dedicação e amor para ver seu filho na escola.

#### 4.6 Questionário com os diretores

Procurei a diretora da escola Manoel Burgos para propor uma entrevista, recebeu-me muito bem, porem por questão de tempo corrido na atividade escolar preferiu ficar com o questionário para responder e eu voltar uma semana depois para pegar o questionário. Então deixei o questionário composto por três perguntas básicas sobre políticas públicas para a

diretora as 8:00 horas do dia 18 de novembro e voltei para busca o questionário no dia 25 as 9:30 do mesmo mês.

Com a mesma finalidade procurei o diretor da escola Newton Neves, por estar ocupado preferiu ficar com o questionário composto de três perguntas sobre políticas públicas para responder em outro momento e eu voltar para buscar o questionário três dias depois. Então dia no dia 19 de novembro deixei o questionário e dia 22 de novembro voltei para buscar o questionário respondido as 8:30h.

As escolas estão conscientes que a inclusão não é só manter o aluno com deficiência matriculado no ensino regular, é preciso partir da perspectiva que toda a comunidade escolar estejam preparados para lidar com os alunos e familiares, assim, como os alunos com o corpo escolar. Significa que precisa descentralizar que só o professor precisa estar preparado para lidar e a identificar as necessidade especifica de cada pessoas com deficiência, porem a responsabilidade primeiramente do sistema educacional e da comunidade escolar na figura do diretor aos seus comandados, que planejam e remetem aos órgãos superiores do sistema educacional políticas públicas para possibilitar um trabalho coletivo de ensino-aprendizagem, um dando força para o outro, ou seja, professor com aluno e aluno com o professor e a relação dos alunos com os próprios alunos. Nesse sentido;

Cabe um exercício de reflexão sobre as condições de nossa escola e as buscas de adaptações e ajuda, que certamente beneficiarão a todos. Essa busca será empreendida por todos os membros da comunidade escolar. Há espaço para professores, dirigentes em todos os níveis, famílias e comunidades, que também esperam a contrapartida governamental com seu apoio à implementação das novas diretrizes (RIBEIRO, 2003, p. 50).

Nessa perspectiva, perguntamos a diretora como a escola tem se planejado para o atendimento educacional para às pessoas com deficiência na perspectiva da educação inclusiva? a diretora ressaltou que “Em relação a estrutura física, a escola contém rampas, corrimões, para facilitar o acesso e o acolhimento de pessoas com dificuldade em se locomover”. Percebemos, que na estrutura física da escola, há barreiras arquitetônica mas a escola esforçou-se para torna-los acessíveis as pessoas com deficiência física, encaminhando projeto específico voltado para educação especial na perspectiva da educação inclusiva, que possibilitou construções importantes para ajudar as pessoas com deficiência física que estuda na escola, como as rampas e os corrimãos e banheiros adaptados. Os alunos com deficiência adaptaram-se muito bem à escola por sentem-se de fato aceitos, compreendidos e conseguem aprender na escola. Porque, qualquer ser humano não fica bem aonde se sente excluído, incompreendido, não aprende e é rejeitado.

Nesse sentido a segunda pergunta para a diretora foi: Atualmente quais as políticas públicas estão sendo aplicadas na escola Manoel Burgo? A diretora Raquel, respondeu: “Educação de Jovens e Adultos (EJAI); Programa mais Educação; Programa mais Alfabetização; Jovens Empreendedores Primeiros Passos; entre outros.” além da política que garante a matrícula do aluno com deficiência na escola de ensino regular, busca-se aprimora-se na política da educação inclusiva, porque os alunos matriculados estão permanecendo estudando devido o esforço da escola em encontrar recurso para suplementar e atender as limitações desses alunos com deficiência possibilitando a escola a se adaptar as necessidade do aluno. Essas articulações intensifica a possibilidade de aproxima-se da abrangência do conceito de inclusão defendido por Sasaki (2009), Inclusão, como um paradigma de sociedade, é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana, composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência.

A terceira pergunta a diretora foi: Como é a acessibilidade do aluno com deficiência física no ambiente escolar da escola Manoel Burgo? A diretora respondeu que “é excelente, a Escola conta com a presença de um aluno cadeirante que faz uso de uma cadeira de roda exclusiva para ele, assim facilitando sua locomoção.” Essa movimentação da escola em conseguir uma cadeira de rodas para o aluno foi importantíssimo para sua permanência e comodidade na escola, pensando a acessibilidade para além da parte física da escola que passa ser dividida em seis importantes dimensões: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. Sasaki (2009), ressalta que todas são importantes e complementares entre si e as define como:

Acessibilidade arquitetônica: supressão dos impedimentos físicos que dificultam o acesso aos ambientais; Acessibilidade comunicacional: supressão dos impedimentos de comunicação interpessoal e escrita; Acessibilidade metodológica: supressão dos impedimentos nos métodos pedagógicos e técnicas de estudos; Acessibilidade instrumental: supressão dos impedimentos nos instrumentos, utensílios e ferramentas pedagógicas; Acessibilidade programática: supressão dos impedimentos ocultos em políticas públicas; Acessibilidade atitudinal: supressão de atitudes preconceituosas, estigmatizantes, estereotipadas e discriminatórias. (SASSAKI, 2009, p.12)

Então faz-nos refletirmos a magnitude que traz a palavra acessibilidade ultrapassando essa visão limitada que nos restringe a acessibilidade apenas considerando a parte física das edificações. Porém a acessibilidade e suas dimensões são essenciais para a inclusão, fazendo valer o direito de ir e vir de todos os cidadãos e tornando acessíveis os mais variáveis conteúdo. Nesse sentido, a escola preocupa-se em estabelecer as condições de transporte escolar para os alunos chegarem a escola e permanecer e si locomover dentro dos repartimentos da escola.



Então o ônibus está atendendo a necessidade de ir e vir dos alunos, a escola em sua estrutura física tem algumas barreiras mais já foram tomadas as medidas necessárias para melhorar a acessibilidade dos alunos com deficiência como a construção de rampas que possibilitam o cadeirante atravessar, as salas estão com espaços inadequado entre as carteiras. Mas a escola busca melhorar as condições dentro das salas de aula para facilitar a passagem de alunos cadeirantes. Com essa finalidade o diretor geral da escola Newton Neves afirma que:

O Centro de Ensino Newton Neves juntamente com a URE (Unidade Regional de Educação) com o quadro de funcionários, tem procurado formas de melhorar e adequar o atendimento as pessoas com necessidade especiais, tanto na parte física que contamos com reforma, como na área pedagógica que promovemos capacitação de professores.

Nesse caso a escola busca junto aos órgãos competentes do sistema educacional formas do aluno com deficiência física matriculado na escola tenha o ensino-aprendizagem na perspectiva da Educação Inclusiva de qualidade. Para tanto, perguntamos ao diretor sobre quais as políticas públicas estão sendo aplicada na escola Newton Neves? O diretor respondeu que está havendo “envio de professores; Capacitação de professores; Acessibilidade com o melhoramento na estrutura predial.” Na estrutura física da escola não tem muitas barreiras, só que as salas de aula estão super lotadas sem espaço suficiente para um cadeirante se movimentar entre as carteiras. Porém a escola encontra-se em reforma visando melhorar ainda mais a questão da acessibilidade do aluno com deficiência.

#### 4.7 Análise geral da pesquisa de campo

Esse trabalho possibilitou desenvolvermos uma reflexão sobre a temática da identidade e políticas públicas para pessoa com deficiência física. Visto que, o interesse em estudar essa temática foi devido familiaridade que tenho do tema, por eu ser pessoa com deficiência física, nascido no povoado livramento, município de Codó e atualmente residente na cidade de Timbiras. Nesse sentido, partimos para os estudos com objetivo de compreender a identidade e o processo de inclusão da pessoa com deficiência física em Timbiras – MA.

Nessa perspectiva, para conseguir os objetivos apresentados no trabalho, primeiramente procuramos estudar o contexto histórico da pessoa com deficiência, visando especificamente as pessoas com deficiência física, o contexto histórico das políticas públicas na área da educação inclusiva para pessoa com deficiência física, e acompanhei por um mês a

vivência, as dificuldades e os desafios de alunos com deficiência física no ambiente da escola regular de ensino na perspectiva da educação inclusiva.

Portanto, a pesquisa bibliográfica faz-nos compreender que o contexto histórico das pessoas com deficiências é marcado por descaso, injustiça, preconceito e abandonos. Assim, “na antiguidade as crianças que nasciam com deficiência eram abandonadas ao relento até a morte. As leis de Esparta e da antiga Roma os condenavam a morte” (TEIXEIRA, 2010, p.28). Porém aos poucos vem conseguindo conquistar seu espaço na sociedade com a contribuição de alguns movimentos como a revolução industrial no século XX que possibilitou a criação de leis trabalhistas e a Seguridade Social e promulgação da Constituição Federal em 1988. A Constituição Federal brasileira foi um marco importante no avanço e, também, um referencial de proteção por parte do Estado dos Direitos Humanos dessas pessoas (LANNA JÚNIOR).

Nesse sentido, a sociedade passa a olhar as pessoas com deficiências de forma humanizada, e politicamente desenvolveu-se a valorização do modelo de política associativista das pessoas com deficiência que visaram um ambiente de boa convivência reconhecendo e debatendo suas dificuldades perante o cenário político brasileiro. Então, possibilita a discussão da forma que as pessoas com deficiência participariam do ambiente escolar, que saíram da forma de integração escolar, para posteriormente ser estabelecido constitucionalmente a inclusão da pessoa com deficiências na educação regular.

Nesse contexto, compreendemos que a política de educação especial não pode mais ser colocada em discussão paralelamente com a educação inclusiva, mais ser discutida uma em conjunto com a outra, como a ideia propagada na Declaração mundial para todos e a Declaração de Salamanca que a educação especial vem com propósito de suplementar e complementar a educação inclusiva.

Portanto, a pesquisa nos levou a ter uma noção da realidade vivenciada por estudantes com deficiência na escola regular na perspectiva da educação inclusiva que a pesar da dificuldades estão movimentando-se para oferecer educação para todos de qualidade e a realidade do aluno com deficiência nesse ambiente escolar, questionado aspectos da vidas dos alunos como Quem são? Como se sentem no ambiente escola? Relação com os professores? Percebe-se que nas escolas está havendo a inclusão social dos alunos com deficiências ambos os alunos ressaltam estarem sentindo-se acolhido pela comunidade escolar.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa estudou a “Identidade e Políticas Públicas para a pessoa com deficiência física em Timbiras-MA. Pensando a perspectiva da inclusão para além da acessibilidade arquitetônica mais buscando a humanização social através do processo de construção da identidade das pessoas com deficiência física.

Os objetivos estabelecidos foram alcançados devido ao caráter qualitativo exploratório com enfoque fenomenológico da pesquisa que dá liberdade para usarmos recursos como pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e estudo de campo utilizando a técnica da entrevista gravada e questionários para conversamos com as pessoas com deficiências físicas sobre sua experiência de vida, objetivando o olhar especial para a construção da identidade e a importância das políticas públicas na qualidade de vida na sociedade. Realizamos entrevista com os alunos ambos pessoas com deficiências, a mãe e os dois diretores ambos sem deficiência.

Ficou evidente que, as políticas públicas melhorou consideravelmente o processo identitário e a qualidade de vidas das pessoas com deficiência foram e ainda são temas de muita discussão, para termos um avanço considerável das oportunidades nas mais diversas área da sociedade, claro que, ainda há vários problemas, por isso, a importância dos representantes dos três poderes: legislativo, judiciário e executivos intensificarem as políticas públicas principalmente no aspecto da Educação Inclusiva.

Ressaltamos que o presente trabalho possibilita uma reflexão significativa para o contexto da história das pessoas com deficiência física e sobre os avanços da política social em suas diversas áreas como na saúde e educação, nas esferas do poderes Federal, Estadual e municipal. Nesse sentido, despertar-nos o compromisso de intensificar a luta por política pública para as pessoas com deficiência na cidade de Timbiras.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete. **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência**. Artigo publicado na Revista do Ministério Público do Trabalho, Ano XI, n. 21 março, 2001. p.160-173.

AUDI, E. M. M.; Manzini, E. J. Protocolo para avaliação da acessibilidade em escolas do ensino fundamental: um guia para gestores e educadores. Marília: ABPEE, 2007.

BARBOSA, Maria Angélica Marcheti. **Vivencia de Mães com um filho deficiente: um estudo fenomenológico**. Acta Paul Enferm, 2008, p. 46-52.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e base da Educação Brasileira**. Lei n° 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo BRASIL, Presidência da República, Casa Civil. **Decreto n. 5.296**, de 2 de dezembro de 2004.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil 1988**.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. 2015.

BERNARDO, Carolina Maria Costa. **Do estranhamento do corpo: Um estudo sobre a identidade, corpo e deficiência na escola**. Carolina Maria Costa Bernardo – Fortaleza, 2010.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000. 213p.

FONSECA, Ricardo Tadeu. **O trabalho protegido do Portador de Deficiência**. Elaborado em Campinas, maio de 2000.

GLAT, Rosana. **Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais** / Rosana Glat, Marcia Denise Plestsch. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2011. 162p.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoa com Deficiência e o Direito ao trabalho**. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019

HALL, S. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Tradução Tomaz Tadeu Silva (org). Petrópolis, R.J: Vozes, 2000.

IBA MENDES: O DEFICIENTE FÍSICO ao longo da história, 2011.

IBGE. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiências; Censo demográfico 2010.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Deficiência múltipla e educação no Brasil: discurso e silêncio dos sujeitos**. Campinas: Autores Associados, 1999.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de promoção dos Direitos da pessoa com deficiência, 2010. 443p.: il. 28X24 cm.

LUZ, L. M. R. **Sociedade de Inclusão**. Educação, v.1, nº1. São Paulo, 2003.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MPT. **A Inserção da pessoa portadora de deficiência e do beneficiário reabilitado no mercado de trabalho**; MPT/Comissão de Estudos para inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho - Brasília/DF – 2001.

MURILLIO, Patrícia Celis. **O patológico e o anormal no olhar de Michel Foucault: um estudo sobre a construção da identidade da criança com paralisia cerebral**. KÍNESIS Vol. II, nº 04, Dezembro-2010, p. 159 – 174.

MANTOAN, Maria Teresa Eglé. Igualdade e diferenças na escola andar no fio da navalha. Porto Alegre – RS, pg; 55-64, jan/abr. 2006.

RAFANTE, Heulália Charalo. **Helena Antipoff e o ensino na capital mineira: a Fazenda do Rosário e a educação pelo trabalho dos meninos “excepcionais” de 1940 a 1948.** 2006. 247p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2006.

RIBEIRO, Maria Luíza Sprovieri. **Educação Especial: do querer ao fazer.** São Paulo: Avercamp, p. 50. 2003.

SOUZA, C. **Estado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil.** Rev. bras. Ciências. Sociais, v. 18, p. 51, 2003.

SANTOS, P.M; PAULINO, M.M. **Inclusão em Educação.** 2 Ed. São Paulo,

SOUZA, S. R. C. S. **Educação no campo e a escolarização de pessoas com deficiência: uma análise dos indicadores sociais no Paraná.** 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

SASSAKI, Romeu Cazumbi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação.** Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

Wikipédia, a enciclopédia livre. Timbiras Maranhão. Disponível em:  
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Timbiras\\_\(Maranh%C3%A3o\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Timbiras_(Maranh%C3%A3o))

**APÊNDICES**

**Apêndice I - Entrevista com o aluno Railson e família: apontamentos sobre sua vida na escola regular pública Centro de Ensino Fundamental Manoel Burgos e dos desafios que enfrenta diariamente sendo pessoa com deficiência física.**

**1. Quem é você? O que você mais gosta de fazer?**

Sou Railson da Silva, tenho 12 anos de idade moro no Povoado Melancia com a mãe, pai e meu irmão, inteligente e esforçado. Gosto de brincar e de estudar.

**2. Como é fazer todos os dias esse trajeto da sua casa até a sua escola?**

É bom já estou acostumado.

**3. Você gosta de esta na escola? O que você quer ser quando crescer?**

Sim, ainda não sei o que vou querer ser.

**4. Como que é a relação dos seus colegas e professores com você e sua relação com eles?**

É muito boa.

**5. Essa cadeira de rodas que você usa na escola é sua ou da escola?**

Quando comecei a estudar era muito difícil está levando e trazendo a minha cadeira, ai a escola conseguiu uma cadeira para mim.

**6. Como foi participar do desfile de 7 de setembro edição 2019?**

Foi muito bom.



## **Apêndice II - Entrevista aos pais de Railson**

### **1. Pais o Railson é um bom filho?**

Sim, quando era mais novo queria tudo do jeito e na hora dele, primeira vez que nós fomos para o hospital **Sarah**, esse menino me fez vergonha de mais. Porém melhorou muito conforme foi crescendo e é um menino obediente.

### **2. Como é a vida do Railson sendo pessoa com deficiência que usa cadeira de rodas para se locomover aqui na zona rural?**

É muito difícil aqui nós não anda saindo para lugar nenhum, assim a minha vida parou depois que tive ele. Só andamos aqui mesmo na casa da vó dele e do tio dele, mais para sair assim pra passear nós não sai não, logo, São os dois irmão que usa cadeira de rodas, por isso não tem como nós está levando eles e a cadeira na moto.

O Railson fica mais é aqui dentro de casa mesmo e para escola.

### **3. Como é o comportamento dele em casa com vocês e os irmãos?**

É boa, muito respeitador, ele e o irmão um é o companheiro do outro.

### **4. Para vocês como é fazer todos os dias esse trajeto de moto da sua casa na zona rural até a cidade para deixar e buscar Railson na escola?**

É bem difícil mais já estamos acostumados, e outra, a quentura é grande demais e no inferno é mais ruim ainda devido à chuva, ai nós faz assim, pela manhã, ou eu, ou o pai dele vai deixar e meio dia vai buscar na moto.

### **5. Tem ônibus escolar que passar no povoado de vocês para buscar alunos?**

Tem ônibus mais eu não consigo subir com ele no ônibus e também as vezes o Railson tem seis aulas e as vezes não, ai indo no ônibus terá que esperar até sair todo mundo. Agora se os dois estudasse no mesmo turno e a prefeitura pagasse o transporte para buscar eles seria melhor.

**Apêndice III - Entrevista a diretora do Centro de Ensino Fundamental Manoel Burgo: na perspectiva de observarmos como a escola aplica as políticas públicas para pessoas com deficiências físicas**

**1. Diretora como a escola tem se planejado para o atendimento educacional para às pessoas com deficiência na perspectiva da educação inclusiva?**

Em relação a estrutura física, a escola contem rampas, corrimões, para facilitar o acesso e o acolhimento de pessoas com dificuldade em se locomover.

**2. Atualmente quais as políticas públicas estão sendo aplicada na escola Manoel Burgo?**

Educação de Jovens e Adultos (EJAI); Programa mais Educação; Programa mais Alfabetização; Jovens Empreendedores Primeiros Passos; entre outros.

**3. Como é a acessibilidade do aluno com deficiência física no ambiente escolar da escola Manoel Burgo?**

É excelente, a Escola conta com a presença de um aluno cadeirante que faz uso de uma cadeira de roda exclusiva para ele, assim facilitando sua locomoção.

**Apêndice IV - Entrevista ao diretor do Centro de Ensino Médio Newton Neves: na perspectiva de observarmos como a escola aplica as políticas públicas para pessoas com deficiências físicas.**

**1. Diretor como a escola tem se planejado para o atendimento educacional às pessoas com deficiência na perspectiva da educação inclusiva para esses alunos?**

O Centro de Ensino Newton Neves juntamente com a URE (Unidade Regional de Educação) com o quadro de funcionário, tem procurado formas de melhorar e adequar o atendimento as pessoas com necessidade especiais, tanto na parte física (Reforma) como na área pedagógica (capacitação de professores).

**2. Atualmente quais as políticas públicas estão sendo aplicada na escola Newton Neves?**

Envio de professores; Capacitação de professores; Acessibilidade com o melhoramento na estrutura predial.

**3. Como é a acessibilidade do aluno com deficiência física no ambiente escolar da escola Newton Neves?**

Atualmente a escola se encontra em reforma visando melhorar ainda mais o adequamento a acessibilidade ao aluno com deficiência.

**Apêndice V - Entrevista a aluna Rita de Cassia: abordaremos sobre sua vida escolar no Centro de Ensino Newton Neves onde cursa a segunda série do ensino médio. Nossa abordagem vem a partir das observações do dia a dia na perspectiva da Educação Especial Inclusiva.**

1. Quem é você? O que você gosta de fazer?

Eu mi vejo como uma pessoa normal com minhas dificuldades. Gosto de conversar e mexer no celular.

2. Como é o acesso da sua casa até a escola? Como é fazer essa rotina diária de ir e vir para a escola?

Sim, foi paralisia infantil.

3. Você gosta de estudar? Qual profissão você quer ter?

É normal as vezes vou a pé, de moto e bicicleta, mas gosto de ir mesmo e na folia com os colegas.

4. Como é a relação dos seus colegas e professores com você e a sua relação com eles? Você faz todas as atividade que os professores aplicam?

Sim, fisioterapeuta ou policial.

5. Como é a relação dos seus colegas e professores com você e a relação sua com seus colegas e professores? Você faz todas as atividades que os professores aplicam?

A relação é normalmente. Sim, mais tenho dificuldade com os conteúdos da matéria de física.

**Apêndice V - Entrevista ao aluno Diego da Silva: abordaremos sobre sua vida escolar no Centro de Ensino Newton Neves onde cursa a primeira série do ensino médio. Nossa abordagem vem a partir das observações do dia a dia na perspectiva da Educação Especial Inclusiva.**

**1. Quem é você? O que você gosta de fazer?**

**2. Você sabe o diagnóstico da sua deficiência física (se é poliomielite ou outros)?**

**3. Como é o acesso da sua casa até a escola? Como é fazer essa rotina diária de ir e vir para a escola?**

**4. Você gosta de estudar? Qual profissão você quer ter?**

**5. Como é a relação dos seus colegas e professores com você e a sua relação com eles? Você faz todas as atividades que os professores aplicam?**

**6. O que você entende sobre acessibilidade e inclusão social para a pessoa com deficiência?**

Foto. 1. Aluno Railson

Registro do momento que Railson chega a escola acompanhado da sua mãe e sua colega de turma leva a cadeira de rodas para ele.



Foto. 2. Rampa de acesso para a sala que Railson estuda

Registro da rampa com corrimãos que dá acesso a sala de aula do Railson.



Fonte; Graduando: Ivanuel Moraes de Sousa

Foto. 3. Railson

Esse é o momento que Railson desce a rampa com o auxílio do seu pai.



Fonte; Graduando: Ivanuel Moraes de Sousa

Foto. 4. Na sala de aula

Registro durante a aula do professor e atividade em sala.



Fonte; Graduando: Ivanuel Moraes de Sousa



Fonte; Graduando: Ivanuel Moraes de Sousa